

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

## **1. Contexto operacional**

A Sondotécnica Engenharia de Solos S.A (“Companhia”), é uma Sociedade Anônima domiciliada no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Rua Voluntários da Pátria nº 45, constituída em Assembleia Geral realizada em 05 de outubro de 1956. A Companhia possui capital aberto desde 1980.

A Companhia tem por objetivo social a prestação de serviços de consultoria técnica e econômica, a elaboração de projetos de engenharia em geral, assessoria, fiscalização e supervisão da execução de projetos, gerenciamento de obras e demais serviços relacionados a essas atividades.

## **2. Base de preparação**

### **2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A preparação das informações contábeis individuais e consolidadas de acordo com o IFRS e Pronunciamentos Técnicos - CPC requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as informações contábeis individuais e consolidadas estão demonstradas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Dando cumprimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM 480/09, a diretoria executiva da Sociedade declara que procedeu à revisão, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2015, e com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes, encaminhando, em seguida, para o Conselho de Administração, que autorizou a sua emissão em 24 de março de 2016.

## **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As informações contábeis individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo.

## **3. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações contábeis são:

### **3.1 Instrumentos financeiros ativos**

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar e estão registrados pelo valor de custo, acrescido de rendimentos e encargos incorridos, os quais se aproximam do seu valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados em:

#### **a) Recebíveis e passivos financeiros mensurados**

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

A Administração entende que ativos e passivos financeiros demonstrados estão com valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo.

#### **b) Ativos financeiros disponíveis para venda**

A Companhia classificou aplicações financeiras referentes a Certificado de Depósitos Bancários - CDBs e Fundos de Investimentos como ativos financeiros mantidos para negociação, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo.

Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo ao valor de realização, não gerando efeito no patrimônio líquido da Companhia.

### Caixa e equivalente de caixa

Inclui caixa e depósitos bancários à vista, realizáveis em até 90 (noventa) dias da data de aplicação, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com sua finalidade em (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

### Serviços a faturar

Representam os direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados. Apresentados pelo valor de realização nas datas dos balanços, registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis. A Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída, se necessária, com base em estimativas de Perda.

### 3.2. Investimentos

Os investimentos relevantes em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme percentuais abaixo:

Empresas	Participação - %	
	31/12/2015	31/12/2014
Sondotécnica Internacional Co.	100	100
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	99.31	99.31

### 3.3. Imobilizado

Registra os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, ou exercidos com essa finalidade.

A depreciação é calculada pelo método linear e a Companhia entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, tendo como base a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na Nota Explicativa nº11.

### **3.4. Intangível**

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software;

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

### **3.5. Redução ao valor recuperável de ativos**

O ativo imobilizado, intangível, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A administração efetuou análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

### **3.6. Instrumentos financeiros passivos**

#### **Fornecedores**

As contas a pagar são reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

### **3.7. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente:

#### **Impostos correntes**

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base no lucro real nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

#### **Impostos diferidos**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

### **3.8. Provisões**

Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou construtivas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na Nota Explicativa nº 20.

### **3.9. Reconhecimento de receita**

A mensuração das receitas está registrada através do método da proporção do serviço.

As receitas de serviços são reconhecidas no resultado quando os serviços são efetivamente prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

### **3.10. Receitas e despesas financeiras**

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

### **3.11. Dividendos propostos**

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na Nota Explicativa nº 17.

### **3.12. Demonstração do fluxo de caixa - DFC**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (IAS 07) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo CPC.

### **3.13. Demonstração do valor adicionado - DVA**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Companhia durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA, apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### **3.14. Pronunciamentos e interpretações adotadas**

Dos pronunciamentos listados acima, o único que impactou nas demonstrações contábeis da Companhia foi o Pronunciamento Técnico CPC 19, que define controle em conjunto e exige que a entidade que seja parte integrante de negócio em conjunto determine o tipo de negócio em conjunto com o qual está envolvida por meio de avaliação de seus direitos e obrigações e contabilize esses direitos e obrigações conforme esse tipo de negócio em conjunto.

- operação em conjunto (joint operation): negócio em conjunto segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio tem direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. A entidade celebra uma transação da qual ela reconhece o resultado decorrente dessa transação somente na extensão de suas participações.
- ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture): negócio em conjunto segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio tem direitos sobre os ativos líquidos relacionados ao negócio. A entidade reconhece o seu investimento no empreendimento através de método de equivalência patrimonial

A principal mudança deu-se nas demonstrações contábeis em seus negócios em conjunto listados abaixo, onde seus ativos e passivos que eram registrados em uma única rubrica proporcionalmente passaram a ser reconhecido em rubricas distintas, classificados como joint operation.

Negócio em Conjunto	Percentual
Consórcio SGP	34%
Consórcio PSG	33%
Consórcio Sondotécnica-Quanta-Engenix	45%
Consórcios Sondotécnica-Cobrape-CH2M	42%
Consórcio BR 101	20%
Consórcios Grupo Consultor 5	25%
Consórcios Projectus-Sondotécnica	33%
Consórcios Supervisor Linha Esmeralda	20%

Para os demais Consórcios vigentes a Companhia adota integralmente os preceitos constantes no Pronunciamento Técnico CPC 19.

### 3.15. Novas normas, alterações e interpretações de normas.

#### 3.15.1 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor.

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. LAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A

Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

- **Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41)**  
Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluída no escopo do CPC 27 / IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29/ IAS 41 Agricultura. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não possui nenhuma planta produtiva.
- **IFRS 16 - Leases (Arrendamento mercantil)**  
Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.
- **IAS 12 - Income taxes - (alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro)**  
O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 - Income taxes (CPC 32 - Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao “reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- **IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)**
- **Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)**
- **Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)**
- **Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas**
- **Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).**
- **Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 3.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste



relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão complementadas abaixo.

#### **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais do contas a receber.

#### **Provisão para contingências**

A administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhista e cíveis.

### **3.17. Demonstrações consolidadas**

As demonstrações consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 e IAS 34, abrangendo as informações das investidas relacionadas na tabela a seguir, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora:

Empresas	Participação - %	
	31/12/2014	31/12/2013
Sondotécnica Internacional Co.	100	100
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	99.31	99.31

#### **Processo de consolidação**

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre Companhias.

Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma padronizada nas Companhias consolidadas.

As demonstrações contábeis da controlada com operação no exterior são convertidas para Reais (R\$) de acordo com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidado, constantes nas informações consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Deste modo, a Companhia optou por apresentar estas informações individuais e consolidadas em um único conjunto.

### **4. Caixa e equivalentes de caixa**

Para fins do caixa e equivalente de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia, depósitos bancários, com liquidez imediata, ou seja, com vencimento menor de 90 dias.

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014
Caixa e banco conta movimento - Moeda nacional	6.763	9.594	Caixa e banco conta movimento - Moeda nacional	6.763	9.594
	6.763	9.594	Banco conta movimento - Moeda estrangeira	266	1.159
				7.029	10.753

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e taxas de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na Nota Explicativa nº 28.

## 5. Aplicações financeiras avaliadas a valor justo

O quadro abaixo demonstra as aplicações financeiras da Companhia, acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo:

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014
Certificado de Depósito Bancário - CDB	455	455	Certificado de Depósito Bancário - CDB	455	455
Fundos de investimentos	17.726	23.069	Fundos de investimentos	21.222	26.277
	18.181	23.524		21.677	26.732

As aplicações em fundos de investimentos classificadas nesse grupamento, apesar de possuírem liquidez imediata, não estão sendo consideradas como equivalente de caixa, tendo em vista que, caso a Administração venha a exercer a opção de resgates antes do vencimento contratado, a Companhia incorrerá em perda de rentabilidade, bem como aumento da carga tributária.

Os ativos financeiros designados pelo valor justo são títulos patrimoniais que, de outra maneira, seriam classificados como disponíveis para venda. A performance destes instrumentos patrimoniais é ativamente monitorada e gerenciada pelo seu valor justo.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e taxas de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na Nota Explicativa nº 28.

## 6. Clientes

O quadro abaixo demonstra os valores que a Companhia têm a receber oriundos dos serviços prestados:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Faturas a receber - nacional	20.390	16.487
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(8.026)	(955)
Outros contas a receber	95	95
	<u>12.459</u>	<u>15.627</u>
Circulante	12.364	15.532
Não circulante	95	95

  

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Faturas a receber - nacional	20.390	16.531
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(8.026)	(955)
Outros contas a receber	95	95
	<u>12.459</u>	<u>15.671</u>
Circulante	12.364	15.576
Não circulante	95	95

A composição da rubrica de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	3.246	6.338	3.246	6.338
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	3.187	519	3.187	519
De 31 a 60 dias	7	1.348	7	1.348
De 61 a 90 dias	297	6	297	-
De 91 a 180 dias	4.186	7.321	4.186	7.371
De 181 a 360 dias	4.230	276	4.230	276
Acima de 361 dias	5.237	679	5.237	679
	<u>20.390</u>	<u>16.487</u>	<u>20.390</u>	<u>16.531</u>

Os valores a receber em atraso caracterizam-se de operações que envolvem clientes tradicionais da Companhia e contemplam obras de grande porte realizadas para órgãos públicos, onde os atrasos são, historicamente, circunstanciais (transição de governo; renovação do quadro de gestores públicos; etc). À vista dessas características e considerando a excepcional tradição desses clientes no cumprimento de suas obrigações, as operações em questão estão recebendo tratamento especial por parte da Administração da Companhia, com expectativa de recebimento ao longo do próximo semestre.

A movimentação das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no período encerrado em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada abaixo:

	31/12/2015	31/12/2015
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(1.046)	(1.046)
Adições	(285)	(285)
Baixa	376	376
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(955)	(955)
Adições	(7.256)	(7.256)
Baixa	185	185
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>(8.026)</u>	<u>(8.026)</u>

## 7. Outras Contas a Receber (Controladora e Consolidado)

O montante de R\$ 9.093 (R\$ 17.541 em 2014) registrados na rubrica de serviços a faturar, representa os direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados. A administração da Companhia resolveu efetuar constituição para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 7.588 (5.659 em 2014).

## 8. Tributos a Recuperar

Referem-se a valores de impostos Municipais e Federais retidos nas prestações de serviços.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Impostos Municipais	80	110	80	110
Impostos Federais	4.678	3.691	5.089	3.975
Impostos Federais - IR e CS	239	373	239	373
	<u>4.997</u>	<u>4.174</u>	<u>5.408</u>	<u>4.458</u>

## 9. Aplicações financeiras avaliadas a valor justo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Banco Citibank S.A. - Ações Bonds	6.861	6.015	19.391	15.628
Banco Safra S.A. - Ações Bonds	3.545	3.156	3.545	3.156
Portugues - Bonds	-	-	97	69
	<u>10.406</u>	<u>9.171</u>	<u>23.033</u>	<u>18.853</u>

As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizadas, reconhecidos no patrimônio líquido.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e taxas de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na Nota Explicativa nº 28.

## 10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Sondotécnica Tecnologia S.A	3.857	3.567	-	-
Sondotécnica Internacional Co	13.197	11.091	-	-
	<u>17.054</u>	<u>14.658</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

a) Mutações nos investimentos, em controladas/coligadas

	Sondotécnica Tecnologia	Sondotécnica International	Total
Em 31 de dezembro de 2014	3.566	11.091	14.657
Variação cambial	-	4.866	4.866
Ações Bônus	-	(106)	(106)
Equivalência patrimonial	291	(2.654)	(2.363)
Em 31 de dezembro de 2015	3.857	13.197	17.054

Informações sobre as empresas controladas, com base nas demonstrações contábeis.

	31/12/2015		31/12/2014	
	Sondotécnica Tecnologia Ltda.	Sondotécnica International Co.	Sondotécnica Tecnologia Ltda.	Sondotécnica International Co.
Capital social	3.282	9.976	3.282	9.976
Total de ações	3.282	4.900	3.282	4.900
Patrimônio líquido	3.883	13.198	3.591	11.091
Lucro (prejuízo) de 2015	292	(2.654)	230	(1.648)
% de participação	99,31%	100,00%	99,31%	100,00%
Equivalência patrimonial em 2015	291	(2.654)	224	(1.648)

## 11. Imobilizado

### a) Imobilizado (Controladora e Consolidado)

	Taxa de depreciação	Saldo líquido 31/12/2014	Em 31 de dezembro de 2015			
			Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2015
Máquinas, ferramentas, materiais e telefonia	10%	144	12	-	(27)	129
Veículos	20%	299	38	-	(88)	249
Móveis e utensílios	10%	580	39	(19)	(99)	501
Aeronaves	10%	1.521	-	-	(264)	1.257
Embarcação	20%	-	172	-	(27)	145
Equipamentos de informática	20%	685	82	(34)	(261)	472
		3.229	343	(53)	(766)	2.753

		Em 31 de dezembro de 2014				
	Taxa de depreciação	Saldo líquido 31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2014
Máquinas, ferramentas, materiais e telefonia	10%	170	2	-	(28)	144
Veículos	20%	144	216	(2)	(59)	299
Móveis e utensílios	10%	540	141	(3)	(98)	580
Aeronaves	10%	1.786	-	-	(265)	1.521
Equipamentos de informática	20%	880	143	(15)	(323)	685
		<u>3.520</u>	<u>502</u>	<u>(20)</u>	<u>(773)</u>	<u>3.229</u>

### Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento, não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

## 12. Intangível (Controladora e Consolidado)

Refere-se aos gastos com substituição de softwares e reestruturação da rede no valor de R\$589 em 2015 (R\$ 568 em 2014).

## 13. Fornecedores

Controladora		Consolidado	
31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores	2.404	Fornecedores	2.435
	1.563		1.584
	<u>2.404</u>		<u>2.435</u>
	<u>1.563</u>		<u>1.584</u>

Os saldos de fornecedores estão representados principalmente por valores a pagar a subempreiteiros.

## 14. Obrigações Fiscais

Controladora		Consolidado	
31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Impostos Municipais	1.575	Impostos Municipais	1.575
Provisão IRPJ e CSLL	-	Provisão IRPJ e CSLL	10
Impostos federais	4.669	Impostos federais	4.669
	<u>6.244</u>		<u>6.254</u>
	<u>8.886</u>		<u>8.893</u>

**15. Outras Contas a pagar**

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014
Aluguéis a Pagar	1.174	480	Aluguéis a Pagar	1.174	480
Honorários Advocatícios	699	699	Honorários Advocatícios	699	699
Diversos a Pagar	3.435	3.880	Diversos a Pagar	3.113	3.548
	<u>5.308</u>	<u>5.059</u>		<u>4.986</u>	<u>4.727</u>

**16. Parcelamentos de tributos - INSS**

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014
Parcelamento INSS	498	932	Parcelamento INSS	498	932
	<u>498</u>	<u>932</u>		<u>498</u>	<u>932</u>
Circulante	393	459	Circulante	393	459
Não Circulante	105	473	Não Circulante	105	473

Refere-se à desistência da ação contra o Instituto Nacional da Previdência Social, pela adesão ao PAEX-Excepcional em Setembro de 2006, artigos, 1º e 8º. As ações tributárias são suportadas por depósitos judiciais.

**17. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar**

O estatuto da Companhia prevê o pagamento de um dividendo obrigatório anual mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, apurado na forma da Lei nº 6.404/76, ou correspondente a 10% do capital social realizado, prevalecendo o que for maior. Em conformidade com a Lei nº 10.303/01, o estatuto foi alterado através de AGE realizada em 27 de fevereiro de 2003, passando a prever que as ações preferenciais terão direito a um dividendo pelo menos 10% superior ao que for destinado às ações ordinárias.

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014
Dividendos	1.844	1.774	Dividendos	1.844	1.774
Juros sobre capital próprio	401	2.847	Juros sobre capital próprio	401	2.847
	<u>2.245</u>	<u>4.621</u>		<u>2.245</u>	<u>4.621</u>

**18. Provisões Previdenciárias e Trabalhistas (Controladora e Consolidado)**



O montante de R\$ 6.016 (R\$ 6.229 em 2014) registrado na rubrica de provisões trabalhistas, refere-se basicamente às provisões de férias, 13º salário e encargos no total de R\$ 5.672 e provisões de férias e 13º salário dos consórcios no total de R\$ 344.

## 19. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores registrados no passivo foram calculados sobre exclusões temporárias relativas ao diferimento de resultados e parcelas não recebidas de contratos a longo prazo, conforme DL 1.598/77 e IN-SRF 21/79. Os valores apresentados são revisados anualmente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda - diferido	1.260	1.333	1.260	1.333
Contribuição social sobre o lucro - diferido	486	503	486	503
	<u>1.746</u>	<u>1.836</u>	<u>1.746</u>	<u>1.836</u>

## 20. Provisão para Passivos Contingentes (Controladora e consolidado)

A administração da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, entendem que o saldo de R\$ 631 é suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações trabalhistas e cíveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	212	212	212	212
Cível	419	419	419	419
	<u>631</u>	<u>631</u>	<u>631</u>	<u>631</u>

Adicionalmente, a Companhia tem conhecimento em processos cíveis, trabalhista e tributário ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	1.368	1.084	1.368	1.084
Tributário	3.290	-	3.290	-
	<u>4.658</u>	<u>1.084</u>	<u>4.658</u>	<u>1.084</u>

## 21. Transações com partes relacionadas

A Companhia não mantém operações comerciais com partes relacionadas, pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes ao mesmo grupo econômico.

## 22. Patrimônio líquido

### 22.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está representado por 856.000 ações ordinárias, 784.600 ações preferenciais classe “A” e 817.300 preferenciais classe “B”, todas sem valor nominal, sem valor nominal. As ações do capital social foram convertidas em abril de 2007 pelo fator de conversão de 1/5.000. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e são inconversíveis em ações ordinárias.

Ações em Tesouraria:

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sondotécnica. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Programa de recompra de ações:

A Companhia por meio da ata celebrada em 11 de setembro de 2013 aprova o programa de recompra de ações, conforme previsto no artigo 30 da Lei 6404/76, com objetivo de maximizar os valores aos acionistas, por meio de aquisição de ação para permanência em tesouraria, cancelamentos ou posterior alienação, sem redução de capital. Até a presente data houve a recompra de 21.400 ações PNA e 5.300 ações PNB, totalizando R\$ 1.048. Este programa de recompra de ações terá vigência 365 dias contados de 12 de junho de 2013 encerrando-se em 12 de junho de 2014.

### 22.2 Reservas de lucros

a) Para contingências:

Por decisão da AGO de 30 de abril de 2015, foi efetuada reversão de R\$ 5.335 da reserva de contingências constituídas pelas AGO de 29 de abril de 2014 e constituída nova provisão no valor de R\$ 7.379 para manutenção de capital de giro.

b) Reserva legal:

O Estatuto Social da Companhia prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, que totaliza, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 4.579, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei 6.404/76.

c) Lucro a disposição da assembleia:

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

#### d) Reserva para Investimentos

Por decisão da AGO de 30 de abril de 2015, foi efetuada a reversão da reserva de investimento no montante de R\$ 17.461, constituída na AGO de 2014, e não realizadas, e constituída nova no valor de R\$ 18.000, com a seguinte destinação, R\$ 3.000 para investimentos na migração tecnológica da área operacional, R\$ 15.000 para futura aquisição de imóvel a ser utilizado como sede própria da Companhia.

#### 22.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à variação cambial dos investimentos nas subsidiárias, Sondotécnica International Co. e dos investimentos não permanentes. Conforme Artigo 183, item I, da Lei 6.404/76, dispositivo ao qual o artigo 182, § 3º da referida lei.

### 23. Receita líquida de serviços (Controladora e Consolidado)

A reconciliação da receita bruta está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta				
Prestação de serviços e Medições	125.975	179.920	125.995	179.983
	125.975	179.920	125.995	179.983
Deduções da receita bruta				
Impostos incidentes sobre serviços	(14.433)	(22.171)	(14.433)	(22.171)
Deduções e abatimentos	(179)	(354)	(179)	(354)
	(14.612)	(22.525)	(14.612)	(22.525)
Receita líquida de serviço	111.363	157.395	111.383	157.458

### 24. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Custo</b>				
Mão de obra	(43.051)	(54.561)	(43.051)	(54.561)
Encargos trabalhista	(16.624)	(19.240)	(16.624)	(19.240)
Benefícios trabalhistas	(4.646)	(5.822)	(4.646)	(5.822)
Serviços prestados pessoa jurídica	(29.106)	(41.887)	(29.106)	(41.887)
	<u>(93.427)</u>	<u>(121.510)</u>	<u>(93.427)</u>	<u>(121.510)</u>
<b>Despesas</b>				
Mão de obra	(7.561)	(7.861)	(7.561)	(7.861)
Depreciação e amortização	(994)	(1.082)	(994)	(1.082)
Serviços prestados pessoa jurídica	(7.671)	(7.189)	(8.061)	(9.447)
Outros	(19.215)	(12.210)	(19.485)	(10.834)
	<u>(35.441)</u>	<u>(28.342)</u>	<u>(36.101)</u>	<u>(29.224)</u>

## 25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receita financeira</b>				
Aplicações financeiras	10.895	5.933	11.311	6.666
	<u>10.895</u>	<u>5.933</u>	<u>11.311</u>	<u>6.666</u>
<b>Despesas financeira</b>				
Despesas bancárias	(164)	(124)	(186)	(156)
Juros e variação monetária	(3.264)	(768)	(2.874)	(541)
	<u>(3.428)</u>	<u>(892)</u>	<u>(3.060)</u>	<u>(697)</u>
	<u>7.467</u>	<u>5.041</u>	<u>8.251</u>	<u>5.969</u>

## 26. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real, em 31 de dezembro de 2015, do Imposto de Renda e da Contribuição Social nas demonstrações do resultado referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, é como segue:

**Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes**

	Controladora		Consolidado	
	Estimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(10.038)	9.584	(9.894)	9.693
Adições	24.050	9.702	24.249	9.840
Exclusão	(12.237)	(8.676)	(12.237)	(8.676)
Prejuízo fiscal	-	-	-	-
<b>Base de Cálculo</b>	<b>1.775</b>	<b>10.610</b>	<b>2.118</b>	<b>10.857</b>
Aliquota 15% IRPJ	266	1.592	318	1.629
Adicional 10% IRPJ	154	1.037	188	1.062
Aliquota 9% CSLL	160	955	191	977
Total provisão	580	3.583	697	3.667
Outros	-	(63)	-	(63)
<b>Total Provisão Correntes</b>	<b>580</b>	<b>3.520</b>	<b>697</b>	<b>3.604</b>

A Medida Provisória nº 627, convertida na Lei nº 12.973/2014 e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397/2013 trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Lei nº 12.973/2014 entrarão em vigor, obrigatoriamente, a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de sua aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014, a qual deverá ser formalizada na Declaração de Débitos e Créditos Federais (DCTF), relativa à competência do mês de agosto de 2014. No entanto, a Administração entendeu que a aplicação antecipada dos efeitos das alterações para o ano-calendário de 2015 não traria qualquer benefício fiscal, e assim a Companhia não efetuou essa opção. Na nossa avaliação, não houve impactos futuros relevantes em nossas demonstrações contábeis.

**Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

	Controladora		Consolidado	
	Estimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Adições Temporárias	9.528	4.007	9.528	4.007
Exclusão Temporárias	(9.720)	(6.945)	(9.720)	(6.945)
<b>Base de Cálculo</b>	<b>(192)</b>	<b>(2.938)</b>	<b>(192)</b>	<b>(2.938)</b>
Aliquota 15% IRPJ	(29)	(441)	(29)	(441)
Adicional 10% IRPJ	(43)	(318)	(43)	(318)
Aliquota 9% CSLL	(17)	(264)	(17)	(264)
<b>Total Provisão Diferidos</b>	<b>(89)</b>	<b>(1.023)</b>	<b>(89)</b>	<b>(1.023)</b>

## 27. Lucro/Prejuízo por ação básico e diluído

Os resultados por ação (básico e diluído) foram calculados com base nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, conforme detalhado abaixo.

	Lucro Básico e Diluído			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Resultado Líquido	(10.529)	10.087	(10.529)	10.087
Quantidade média ponderada de ações líquida de ações em tesouraria	2.431	2.431	2.431	2.431
Lucro por lote de mil ações	(4,33114)	4,14910	(4,33114)	4,14910

## 28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, não sendo realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou derivativos embutidos.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados, que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Os investimentos mantidos em empresas controladas e coligadas não tiveram seus valores de mercado estimados, uma vez que as ações/quotas dessas empresas não são negociadas em bolsas de valores.

Adicionalmente, a Administração procede a uma avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e o monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxa de juros

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

## **Estrutura do gerenciamento de risco**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente, ou contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 6. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras, conforme apresentado em notas explicativas.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento rigoroso, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o tempestivo cumprimento de suas obrigações.

### **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos disponíveis para venda.

### **Risco de exposição às variações cambiais**

A Companhia mantém operações com moeda estrangeiras referentes a aplicações financeiras, conforme divulgado em notas explicativas, que estão sujeitas a exposição de riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio

(dólar) pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A Companhia não realizou contratos derivativos para proteger a exposição cambial.

## Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras conforme divulgado em notas explicativas, as quais estão indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos às flutuações nas taxas de juros. Adicionalmente, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge”/“swap” contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado.

## 29. Análise de sensibilidade

A seguir apresentamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com riscos de moeda estrangeira, considerando que o cenário provável é a atualização do valor das aplicações em 31 de dezembro de 2015, e que o cenário possível e remoto considerou a variação de riscos de 25% a 50%, respectivamente.

Cenário Consolidado 31/12/2015			
	Provável	Possível	Remota
<b>Variação de risco</b>	<b>0%</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
Caixa e banco movimento moeda nacional	6.763	1.691	3.382
Caixa e banco movimento moeda estrangeira	266	67	133
Certificado de depósito bancário CDB	455	114	228
Fundo de investimentos diversos	21.222	5.306	10.611
Banco Citibank S A - ações bonds	19.391	4.848	9.696
Banco Safra S A - ações bonds	3.545	886	1.773
Portugues - bonds	97	24	49
	<u>51.739</u>	<u>12.935</u>	<u>25.870</u>

Cenário Consolidado 31/12/2014			
	Provável	Possível	Remota
<b>Variação de risco</b>	<b>0%</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
Caixa e banco movimento moeda nacional	9.594	2.399	4.797
Caixa e banco movimento moeda estrangeira	1.159	290	580
Certificado de depósito bancário CDB	455	114	228
Fundo de investimentos diversos	26.277	6.569	13.139
Banco Citibank S A - ações bonds	15.628	3.907	7.814
Banco Safra S A - ações bonds	3.156	789	1.578
Portugues - bonds	69	17	35
	<u>56.338</u>	<u>14.085</u>	<u>28.169</u>

### (i) Valor justo versus valor contábil

A administração entende que ativos e passivos financeiros estão com o valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:



	<b>Controladora</b>			
	<b>31/12/2015</b>		<b>31/12/2014</b>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido	10.406	10.406	9.171	9.171
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	-	-	-	-
	<u>10.406</u>	<u>10.406</u>	<u>9.171</u>	<u>9.171</u>
	<b>Consolidado</b>			
	<b>31/12/2015</b>		<b>31/12/2014</b>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido	23.033	23.033	18.853	18.853
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	266	266	1.159	1.159
	<u>23.299</u>	<u>23.299</u>	<u>20.012</u>	<u>20.012</u>

### Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)

O quadro abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando como método de avaliação, preços cotados (não ajustados), em mercados ativos para ativos idênticos, classificados como nível 1.

**Saldos em 31 de dezembro de 2015**

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	-	266
Ativos financeiros classificados como mantidos para venda a valor justo	10.406	23.033
	<u>10.406</u>	<u>23.299</u>

**Saldos em 31 de dezembro de 2014**

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	-	1.159
Ativos financeiros classificados como mantidos para venda a valor justo	9.171	18.853
	<u>9.171</u>	<u>20.012</u>

**30. Remuneração dos administradores**

Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global mensal da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
a) Benefícios de curto prazo		
• Proventos	1.104	1.104
• Contribuição ao INSS	220	220
Total	<u>1.324</u>	<u>1.324</u>
b) Benefícios pós-emprego	Não possui	Não possui
c) Outros benefícios de longo prazo	Não possui	Não possui
d) Benefícios de rescisão de contrato	Não possui	Não possui
e) Remuneração baseada em ações	Não possui	Não possui

**31. Seguros (Não Auditado)**

A política adotada pela Companhia é a de manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado em montante que considera satisfatório face aos riscos envolvidos. Montantes contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

<u>Ativo Segurado</u>	<u>Modalidades</u>	<u>Moeda</u>	<u>Valor Segurado</u>
Imobilizado	Incêndio	R\$	5.908
Imobilizado	Veículos	R\$	670
Imobilizado	Equipamentos	R\$	110

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia.

**32. Eventos subsequentes**

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

\* \* \* \*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Rotstein	Cristina Coelho Madeira de Freitas	Carolina Rotstein Schor
Presidente	Conselheira	Conselheira
CPF 003.520.127-49	CPF 665.812.147-87	CPF 087.091.507-06

DIRETORIA

Jaime Rotstein	Homero Valle de Menezes Cortes	Luiz Antonio M. Santanna
Presidente	Diretor	Diretor
CPF 003.520.127-49	CPF 241.098.357-04	CPF 335.452.437-53

Fábio Bergman	José Antonio Mazzoco
Diretor	Diretor
CPF 082.820.237-01	CPF 694.078.608-25

**Telma Regina Matias da Silva**  
Contadora  
CRC-SP 208096/O-7 T-RJ